

Para uma geografia histórica da floresta portuguesa

AS MATAS MEDIEVAIS E A «COUTADA VELHA» DO REI

Nicole Devy - Vareta

O presente estudo enquadra-se no âmbito de uma investigação geográfica sobre a floresta portuguesa no Noroeste do país*. Procurando aprofundar os processos da formação do espaço florestal actualmente existente, encontramos desde início muitas dificuldades na obtenção da informação. Para delinear a evolução da ocupação espacial das matas, forçoso é o conhecimento das políticas económicas ou florestais, relacionando-as com os imperativos de abastecimento dos mercados em produtos florestais, qualquer que seja a época considerada.

No entanto, como já salientámos, «poucos são os historiadores que, ao longo da história nacional, se empenharam numa pesquisa exaustiva sobre as «mattas e pinhaes»» (N. Devy-Vareta, 1985). Até ao século passado, a floresta forneceu os produtos essenciais para o consumo quotidiano e para a organização económica do país. É preciso portanto reconhecer que a história da floresta em Portugal ainda está por ser elaborada.

Não se pretende que este trabalho, de que este texto constitui a primeira parte, venha suprir a ausência de uma investigação histórica florestal. Não nos compete analisar paleogra e diplomaticamente, nem investigar fontes manuscritas com os métodos próprios da história. Utilizando exclusivamente fontes impressas e diversos tipos de estudos, tentamos realçar as orientações da evolução espacial, desarboreização ou conservação/reconquista espontânea ou dirigida das matas, que acompanharam os rumos da política económica em distintas épocas.

* Este artigo insere-se numa série de trabalhos que serão no futuro publicados na Revista.

Porém, qual o ponto de partida seguro para iniciar a nossa pesquisa? Como bem referiu C. Higounet, «a Alta Idade Média oferece neste domínio um campo de prospecção particularmente árido» (p. 343). Tentando recuar no tempo, quais teriam sido as paisagens vegetais naturais nos primórdios da agricultura neolítica? Se foi comprovada a presença das principais espécies arbóreas temperadas, consideradas hoje como climácicas, ainda se sabe muito pouco sobre a distribuição e a estrutura da floresta portuguesa antes das degradações antrópicas.

A instalação de ecossistemas essencialmente florestais é de facto um fenómeno fundamental na dinâmica do meio ambiente pós-glaciar da Europa. Contudo, as matas naturais caracterizavam-se por uma forte heterogeneidade, quer pela variedade da sua composição florística, quer pela sua estrutura horizontal, diversificada por biotopes locais. A regularidade e relativa homogeneidade das matas climácicas actuais resultam em grande parte da intervenção humana e de um tratamento secular planificado ou não organizado. Nas nossas mentes, sempre surge a imagem de uma floresta primitiva fechada e assombrada, herdada dos «medos» medievais que a fixaram na memória colectiva. Esta floresta existiu realmente, mas nunca como um manto vegetal uniforme, particularmente em Portugal, onde se interpenetram os domínios bioclimáticos atlântico e mediterrâneo.

Pelo que acaba de ser dito, torna-se difícil, e até arriscado, generalizar as conclusões dos raros estudos laboratoriais de palinologia até agora realizados em Portugal¹. Também deste facto resulta, por exemplo, a existência de várias interpretações sobre as causas e origens da desarborização nos «montes» e altos níveis do Noroeste do país². As reconstituições do ambiente vegetal natural e da sua evolu-

¹ Referimos os trabalhos de G. Coudé-Gaussen (1981) e C. R. Jannssen (1981). Apesar de abrirem interessantes perspectivas quanto à evolução espacial de algumas espécies, os resultados anteriores, como os de C. Teixeira (1944), M. Montenegro de Andrade (1944 e 1945), F. Bellot Rodriguez (1952), C. Romariz (1950) e H. Elhai (1964) já não obedecem aos requisitos actuais de análise laboratorial, além de as amostras não se encontrarem datadas pelo carbono 14. Mencionamos também a recente tese de doutoramento de Filomena Diniz sobre palinologia na área de Rio Maior durante o Pliocénico, que constitui uma preciosa base para o estudo da vegetação quaternária (1984).

² Sobre este assunto, remetemos o leitor para as obras de A. Sampaio (1979, I, p. 26 e seg.), O. Ribeiro (1955, p. 62; 1967, p. 111-113) e Vitor O. Jorge (1982, p. 31 e seg., p. 282 e seg., p. 313 e seg.). De grande interesse são as hipóteses formuladas por V. O. Jorge, que tentou reconstruir o enquadramento ambiental dos agricultores nómadas do Neolítico. Com o apoio de modelos arqueológicos e antropológicos anglo-saxónicos e da palinologia galiciana, este arqueólogo pensa que habitat, espaço agropastoril e tumulus, encontrados em altos níveis até 1000 m, se localizavam em áreas provavelmente pouco ou nada arborizadas.

ção no tempo e no espaço são ainda pouco seguras, enquanto não se desenvolverem, por um lado as análises polínicas e antracológicas, hoje imprescindíveis para um conhecimento objectivo da floresta do passado, e por outro, a confrontação dos resultados obtidos com as várias hipóteses já levantadas e as fontes históricas.

Para o presente estudo, utilizámos particularmente a «*História Florestal, Aquícola e Cinegética*», que refere ou transcreve centenas de documentos das Chancelarias Reais, reunidos sob a direcção do Prof. Carlos Manuel Baeta Neves.³ Os quatro volumes já publicados, que abrangem um amplo período de 1208 a 1521, vêm alargar valiosamente as poucas notícias impressas existentes sobre estes assuntos para a Baixa Idade Média até ao Renascimento.

I. O ESPAÇO FLORESTAL ATÉ À RECONQUISTA

Antes da organização do espaço a que as cartas de foral dão uma nova dimensão, poucas são as referências concretas sobre a floresta. Cartas de forais e Inquirições constituem, sem dúvida, os primeiros exemplos de um tipo de documentação escrita que se prolongará até ao tempo presente. No entanto, a importância dos achados pré e protohistóricos, e sobretudo a partir da colonização romana, a organização do povoamento no Portugal atlântico e no Portugal mediterrânico deixam supor que uma parte importante do espaço florestal natural teria sido modificada, senão profundamente degradada nas regiões então mais povoadas ou mais percorridas⁴.

1. *A formação do mosaico agroflorestal e pastoril no Noroeste*

No Noroeste atlântico, a organização romana das vilas dispersou e fixou a população em volta das novas parcelas arroteadas nos pântanos e matas das áreas baixas. Este arranjo espacial, reforçado pela fundação dos mosteiros na Alta Idade Média, vai perdurar nos séculos seguintes, dilatando-se a superfície agrícola, enquanto se mantinha uma exploração florestal e pastoril colectiva nas vertentes superiores e cumes das colinas e serras.

À luz dos trabalhos de A. Sampaio, O. Ribeiro e C. F. de Almeida, pode-se tentar uma primeira apreensão espacial da floresta

³ Ao Professor e Engenheiro Silvicultor C. M. Baeta Neves agradecemos o seu amável acolhimento e toda a sua preciosa ajuda.

⁴ Sobre a evolução do povoamento em Portugal, ver O. Ribeiro «Povoamento», in Dic. Hist. Port., T. IV, p. 470.

durante a Alta Idade Média, referindo-se aos «incultos», sejam matos, soutos, e «terras irruptas», que constituíam as peças mais importantes do espaço regional.

Os *matos*, lande arbustiva e espontânea ou «cultivada», eram imprescindíveis para fornecer o adubo natural, as liteiras do gado e a lenha. Por esta última razão, pelo menos uma parte dos matos encontrar-se-ia relativamente perto da área cultivada e das habitações.

Os soutos de carvalhos e/ou de castanheiros representando parcelas de floresta «natural» que foram preservadas, asseguravam reservas de madeira ao proprietário. Talvez se tratasse de uma floresta empiricamente «jardinada»⁵ onde se evitava o pastoreio nocivo de ovinos e caprinos. No entanto, o gado porcino podia penetrar no subbosque na estação da bolota.⁶

«Terras bárbaras» mais ou menos extensas separavam as unidades culturais dos casais e constituíam em grande parte o logradouro comum dos vizinhos para a exploração silvopastoril e as culturas temporárias das cavadas (C. F. Almeida, p. 28). É impossível estimar a superfície florestal dos baldios para a época. Porém, podemos sugerir que, nas colinas, o espaço das matas já seria bastante descontínuo, subsistindo os bosques mais inacessíveis, enquanto, nos níveis e vertentes superiores da montanha, iniciavam os processos de degradação provocada pelo pastoreio.⁷

Sob a pressão demográfica e o despertar do comércio externo que se manifestam na região a partir do século XII, aumenta a procura de madeira e de lenha para as necessidades quotidianas e para o desenvolvimento do artesanato e dos arsenais navais. Também as novas arroteias reduziram as áreas de abastecimento, que se afastariam cada vez mais do litoral. Daí a deflorestação dos baldios, que, segundo C. F. de Almeida, estimularia a «divisão das árvores pelos vizinhos» (p. 79). Outro reflexo da diminuição da oferta encontra-se na obrigação de plantar árvores nos empraçamentos do século XIII (p. 78-80). Os mosteiros sempre zelaram pela manutenção das suas reservas de madeira, enquanto os montes dos vizinhos se desarborizavam. Mas, além de não conhecermos os efeitos desta obrigação, po-

⁵ Sistema actual de produção florestal com cortes salteados e recurso exclusivo à regeneração espontânea (A. A. Monteiro Alves, 1982, p. 37-41).

⁶ A privatização destes bosques já é confirmada pelo Código Visigótico, que prescreve multas e indemnizações ao dono nos casos de fogo posto ou de corte indevido (G. Barros, IX, p. 22-27). C. Higounet não vê nesta regulamentação, que se estende aliás a toda a Europa, nem uma defesa contra a diminuição da floresta, nem uma regularização dos cortes, mas sim a protecção de interesses particulares, que vai perdurar nas propriedades dos mosteiros nortenhos (p. 378).

⁷ Segundo uma das análises palinológicas realizadas na serra do Gerês, a deflorestação dos níveis superiores dataria dos séculos IX-XI (G. Coudé-Gaussen, p. 224).

demos duvidar que o fomento florestal tenha melhorado as condições do mercado no litoral, dado o alto grau de auto consumo da Igreja neste domínio, para as suas numerosas quintas ou construções.

Do século XII, existe uma notícia de exportação portuguesa para a Flandres: «Neste tempo [1194] era esperado em Bruges um navio português, carregado de melão, azeite e madeira. Não chegou ao seu destino por ter naufragado» (S. Marques, Descob., Sup. V. I, p. 368). Talvez saído de um dos portos nortenhos, este barco provaria que, ainda nesta época, Portugal fornecia madeira para o mercado externo. Mas, a partir do século XIII, as exportações deste produto cessariam no Noroeste, por já se fazer sentir uma falta de madeira na região⁸.

Se a informação disponível atesta a desarborização das colinas e a «privatização» crescente dos bosques, outros documentos mostram a presença de grandes maciços florestais na montanha minhota. Quando o rei permanecia na região, costumava caçar no Alto Minho e nas Terras de Basto. As Inquirições de 1258 fixam os tributos sobre a caça grossa (gamos, cervos, javalis e ursos), características da floresta temperada (G. Barros, V. p. 88). As fracas densidades de população em Trás-os-Montes ocidental, da serra do Barroso à serra do Marão, denunciam também a importância da floresta nas vertentes. A posição marginal da floresta, as dificuldades de acesso e as coutadas reais protegeram-na das pressões económicas das baixas regiões, ficando mais integrada nos sistemas da exploração silvopastoril local.

De facto, o século XIII parece marcar um ponto de ruptura na história florestal do Noroeste. Como salienta C. F. de Almeida, abre-se «o período da floresta-defendida-fomentada», pelo menos na região das colinas minhotas. No entanto, apesar deste «fomento», poderia a floresta responder ao incremento regional da procura de madeira no século XIV?

2. *A polarização do espaço e a floresta no Portugal mediterrânico*

Antes da colonização romana, os povos do Mediterrâneo Oriental mantiveram contactos com os do litoral algarvio, trocando produ-

⁸ As primeiras referências documentais sobre importação de madeira no Porto remontariam aos meados do século XIII (1254), vindo de «França. Rochela. ou outras partes» (S. Marques, Descob., V. I. p. 7). Sobre este assunto, também A. Oliveira Marques salienta a ocorrência da entrada de madeiras bálticas em Lisboa a partir dos fins do século XIII, antes da sua contínua importação ao longo do século XV durante o qual as relações comerciais entre Portugal e os portos hanseáticos tornaram-se regulares (1959, p. 103, 111, 145-146).

tos e procurando madeira, dada a antiguidade e intensidade da ocupação humana no Médio-Oriente e a conseqüente diminuição da superfície arborizada (S. Marques, Algarve, p. 202-203). Os Romanos também se abasteciam em pez e madeira na Península Ibérica. A constituição de uma rede de vias terrestres ligando os principais núcleos populacionais do interior, a navegação fluvial com o litoral favoreceram certamente uma drenagem de produtos agroflorestais para os portos das costas meridionais do Alentejo e do Algarve.

No entanto, foi a ocupação muçulmana que melhor valorizou nas regiões mediterrânicas as potencialidades de exploração agroflorestal desta época. Não há dúvida que as necessidades em madeira aumentaram com a construção da frota de comércio ou para as acções militares ou de curso contra os cristãos, que se estendiam até à costa da Galiza. A marinha mercante foi muito desenvolvida com o alargamento dos extensos circuitos árabes de comércio entre as costas do Mediterrâneo. Assim desapareciam as «espessas matas» das serras béticas descritas por Estrabão. Os pinhais do Alentejo e do Algarve representaram muito cedo uma das principais áreas de abastecimento (S. Marques, Algarve, p. 254-258).

Protegidos das invasões normandas no fundo de estuários ou situados à beira de rios navegáveis, os portos árabes do Ocidente da Península Ibérica eram localizados nas proximidades de serras cobertas de matas, que proporcionavam boas madeiras para a construção naval, como o pinheiro manso e o sobreiro. No século XII, Edrisi descreve a cidade de Alcácer do Sal como um importante porto rodeado de bosques de pinheiro explorados para os arsenais. De igual modo, drenava a produção da área envolvente (leite, manteiga, mel e carne), que pressupõem actividades silvopastoris (J. Garcia, p. 23-24). Semelhante era o caso de Silves, que aproveitava as matas de Monchique e exportava madeira (S. Marques, Algarve, p. 275). No Algarve, talvez fossem as ribeiras costeiras utilizadas para a flutuação de toros, que, aliás, já foi comprovada em Espanha e em Itália (C. Higounet, p. 390). A produção era depois transportada por cabotagem até aos portos mais próximos ou simplesmente exportada. No Baixo-Alentejo, Mértola, por exemplo, escoava pelo Guadiana a produção regional do interior quase até Beja e o Campo de Ourique. O foral outorgado em 1254 dá uma lista pormenorizada de produtos já exportados pelos árabes; entre eles, figuram o carvão, a cortiça e a «madeira lavrada» (J. Garcia, p. 34).

Os Muçulmanos desenvolveram a agricultura de sequeiro e regadio, quer no Algarve, quer no reduzido espaço agrícola à volta dos centros urbanos alentejanos. Mas também desempenharam um papel importante quanto à exploração florestal e à expansão do pastoreio extensivo. Não houve descontinuidade no aproveitamento das matas

em relação às épocas anteriores; pelo contrário, alargaram-se as áreas de abastecimento e aproveitamento sob coberto florestal.

Da ocupação árabe destacamos alguns efeitos da dinâmica florestal, que encaminhou a evolução posterior guiada pelas ordens Militares, o poder real e os homens dos concelhos.

- formação e aumento dos montados,⁹ particularmente no Baixo-Alentejo e nas imediações das áreas de culturas mais intensivas;
- aceleração dos processos de degradação nas áreas mais secas, onde a regeneração da floresta seria bloqueada pela procura de carvão, de lenha e de madeira, como por exemplo, em volta de Mértola;
- sobre-exploração de madeira nas serras algarvias e ocidentais do Cercal e Grândola, nas quais diminuiriam progressivamente as matas, substituídas por «brenhas»¹⁰, estevais e charnecas;
- fixação de algumas áreas de abastecimento de Lisboa, aquando do seu desenvolvimento após a Reconquista. A título de exemplo, referimos «a cortiça e o carvão de Odemira e Sines» («cortiça», in Dic. Hist. Port.)

Raros são os documentos que permitem averiguar a situação florestal portuguesa em meados do século XIII. No Alentejo, pelo que acaba de ser dito, difícil é avaliar a amplitude das destruições pelo fogo no espaço pouco a pouco reconquistado pelos cristãos. A estratégia da Reconquista ou da «Contra-Reconquista» não deve ter levado a uma política da «terra queimada», dada a rapidez da reorganização do território na segunda metade de Duzentos. Mas, nas serras de Grândola e do Cercal ou nos arredores de Alcácer, área privilegiada do pinheiro manso, qual seria o estado dos pinhais, explorados durante quatro séculos pelos Árabes? Nas regiões orientais de clima mais seco, talvez brenhas e charnecas já superassem as matas naturais.

Nas regiões mais povoadas, como o Minho, as arroteias e as de-

⁹ Em poucas palavras, o Prof. Orlando Ribeiro apresenta o aspecto fundamental da evolução para o montado, como «o paradoxo da mata residual, esparsa no campo e sem jamais formar floresta» («Formação de Portugal», in Dic. Hist. Port., T. III, p. 432).

¹⁰ As «brenhas» são muitas vezes referidas nos documentos medievos de Portugal mediterrânico. Este termo subentenderia vários tipos de formação vegetal fechada, de mataçais arbustivos até matas onde dominariam árvores de pequeno porte no meio de um subbosque denso. Quanto à origem destas formações, pode-se admitir que resultaram de uma degradação da floresta natural, representada pela Aliança fitossociológica do Quercion Fagineae (sobre as características desta Aliança e as espécies que a compõem, ver Braun-Blanquet, 1956).

gradações resultantes da exploração silvopastoril já tinham fortemente diminuído a superfície das matas em volta dos casais e nos montes. Mas pouco se sabe sobre os fluxos terrestres e fluviais do mercado regional para os produtos florestais. Haveria flutuação de madeira nos rios minhotos ou as vias terrestres eram as mais utilizadas"?

As vertentes húmidas da montanha, da Peneda ao Marão e da Serra da Estrela à Lousã, estavam cobertas por maciços mais extensos, cujo limite superior vinha a descer em altitude.

Entre Douro e Tejo, as áreas florestais ainda eram numerosas. Oliveira Marques indica uma densidade populacional mínima na Beira Litoral, no vale inferior e médio do Vouga, no triângulo Vagos-Coimbra-Leiria e na Estremadura, com excepção do couto de Alcobaca («Demografia», Dic. Hist. Port.)¹². Logo após a Reconquista, temos notícia das matas que circundavam Lisboa (G. Barros V, p. 110). Existia também uma extensa mancha florestal na margem esquerda do Tejo, que poderia ter funcionado como uma área-tampão, um «no man's land» na estabilização da fronteira da Reconquista entre a entrada dos cristãos em Lisboa (1147) e a conquista de Alcácer do Sal (1217).

Não se pode evitar o estabelecimento de uma estreita relação entre as matas da costa ocidental, onde se praticava um comércio de cabotagem, as vias terrestres e fluviais mais frequentadas e a «coutada velha», reservada para o «desenfadamento» preferido do Rei e dos nobres da sua Corte - a caça. A partir do século XIV, esta «re-

¹¹ Não encontramos nenhuma referência sobre o modo de transporte dos produtos florestais no Entre-Douro-c-Minho. Provável é, nas colinas, a utilização das vias terrestres para os toros ou até a madeira, como, curiosamente, era o caso noutras regiões (J. Gaspar, 1970, p. 179; S. Marques, Descob., V. I, p. 93). Nas áreas serranas mais florestadas, mas menos acessíveis por terra, o perfil longitudinal dos rios não é favorável à flutuação. O documento de 1254 que já referimos menciona um transporte de lenha pelo Douro (S. Marques, Descob., V. I, p. 7). No que diz respeito ao transporte de madeira, «não sabemos de documentos que possam afirmar o rio como meio de transporte de madeiras... mas não será descabido pensar que o rio e seus afluentes navegáveis terão tido, nesse aspecto, acção preponderante» (J. M. Pereira de Oliveira, 1960, p. 16). No entanto, na nossa opinião, não haveria flutuação de toros, que podiam embaraçar a navegação fluvial.

¹² Pelas análises polínicas mais antigas, ficou estabelecido que o género *Pinus* tinha espontaneamente colonizado parte da faixa arenosa do litoral ocidental antes do Neolítico (nota 1). Esta questão está a ser alvo de pesquisas, que permitirão o reconhecimento de várias espécies, como, por exemplo, os pinheiros bravo e manso. Salientamos desde já que diversos investigadores não encontraram qualquer fundamento documental sobre a plantação do «pinhal d'el-rey» - o pinhal de Leiria - pela Rainha S.^a Isabel, plantação que pertence à imagem lendária esboçada à volta do rei D. Dinis («Pinhal de Leiria», in Dic. Hist. Port., Vol. III, p. 385; C. Baeta Neves, Academia Portuguesa de História, sessão do 9/03/1984).

serva» florestal iria revelar-se fundamental para o abastecimento dos mercados urbanos, e principalmente do de Lisboa.

II. «PODEROSOS» E «MORADORES» NAS MATAS MEDIEVAIS

A transcrição das principais cartas régias na *História Florestal* entre 1208 e 1521 permitiu-nos averiguar melhor a complexidade das relações entre dinâmica da floresta, abastecimento local e longínquo, pastoreio, costumes e poder crescente do Rei neste domínio. A protecção da caça não seria mais que um dos componentes entre os outros relacionados com a exploração das matas. Os problemas da madeira, da lenha e do carvão tomam cada vez mais peso na documentação a partir do início do século XIV.

1. *Os problemas de abastecimento em produtos florestais*

Na Europa Ocidental, a Baixa Idade Média é um período chave para a floresta. Dos usos e costumes há muito adquiridos, passa-se pouco a pouco a um «ordenamento» da exploração, fomentado pela diminuição ou estado de degradação das matas após os grandes desbravamentos dos séculos anteriores, enquanto a procura se agudiza à volta dos centros populacionais. Em Portugal, muitos documentos confirmam a preocupação régia em relação à madeira e à lenha. No Campo de Ourique, uma carta de D. Dinis proíbe «dano nos soueiras nem nas outras aruores», ou seja «talhar aruor per pee ou alguõ ramo», que não seja contemplado nas posturas ou nos direitos estabelecidos nos forais do século XIII (1310-30-I).¹³ Compreende-se que esta exploração fosse rentável, dados «os bayxees que saem pela foz de Setuual [vindo pelo mar de Odemira] que leuam cinza e casca e carvom» para Lisboa (1310-29-I).

Os documentos das Chancelarias atestam as dificuldades com que a jurisdição régia se defrontou para manter um certo equilíbrio na exploração florestal. O rei zelava pela protecção da caça e do seu ambiente em coutadas cada vez mais extensas, respeitando os direitos dos «moradores» que habitavam nas áreas limítrofes. Porém, a partir dos meados do século XIV, (e até antes para algumas regiões como o Baixo-Alentejo ou o concelho de Santarém), medidas defensivas, procurando conservar as matas para a produção de toros e de madeira, tornam-se mais frequentes.

¹³ Indicaremos sempre deste modo a data do documento, seguida da sua numeração e do volume da *História Florestal* onde se encontra.

Ao longo da costa ocidental, o desenvolvimento do comércio atlântico estimula a construção naval, para a qual se utilizam as árvores de grande porte. As áreas tradicionais de abastecimento de Lisboa vão-se alargando nas regiões mais acessíveis do litoral. As leis de D. Fernando, que privilegiam a partir de 1377 a construção de barcos para o comércio externo, vão intensificar a desarborização nas matas reais e, ao mesmo tempo, facilitam, pelas isenções renováveis de impostos, as importações de madeira. Assim nos informa a Crónica de Fernão Lopes «... que aqueles que fizessem naos de cem tonees a cima, podessem talhar a trager pera a cidade, de quaaes quer matas que delRei fossem, quanta madeira e mastos pela ellas ouvessem mester, sem pagamdo nenhuuma cousa por ella»... (p. 243).¹⁴

No entanto, a exploração de madeira muito cedo vai entrar em concorrência com outra, que fornecia um produto essencial para o uso quotidiano e as diversas indústrias - a lenha. Utilizando o modelo de Von Thünen no estudo da organização do espaço medievo a volta de Lisboa, J. Gaspar observa que «representando um grande volume em relação ao consumo, e como o seu preço no comprador não poderá ser elevado, o custo de transporte terá de ser necessariamente reduzido, daí a produção se localizar muito perto do mercado» (1970, p. 174). A Norte da cidade, após o primeiro anel da horticultura e produção de leite, a área que abastecia Lisboa em lenha já não era suficiente em meados do século XIV (M. J. Trindade, 1973). Por ser muito acessível, a margem esquerda, de Almada a Montijo, foi explorada para este fim, não se desenvolvendo a produção de lenha na margem direita.

Talvez se possa explicar também por a cobertura florestal ser mais contínua a Norte da cidade, quando Lisboa se tornou residência preferida da corte. As matas coutadas de Sintra, Rio de Mouro e Loures formavam um anel protegido, aquém do espaço agrícola. Na *História Florestal*, vários documentos referem problemas no aprovisionamento de lenha em Sintra e no reguengo de Oeiras no início do século XIV (6-1; 33-I). O rei tem todo o cuidado em delimitar áreas para esse efeito. A organização do espaço agrícola nos arredores de Lisboa e à volta dos outros núcleos de população impediu que se expandisse muito a área primitiva da lenha. Pelo contrário, os solos

¹⁴ No que respeita à desarborização do país a partir do fim do século XIV, as leis já referidas parecem ter tido um impacto mais forte que a lei das sesmarias (1375) promulgada para reconquistar terras outrora cultivadas. Duvida-se muito da eficácia desta lei, que quis estimular o cultivo de terras abandonadas, e não de terras novas potencialmente florestadas («sesmarias». Dic. Hist. Port., T. III. p. 845). Mais importante será a vaga de arroteamentos durante a segunda metade do século XV, largamente documentada na *História Florestal*.

mais arenosos a Sul do Tejo não proporcionariam um povoamento florestal fechado; charnecas arbustivas, mais próprias a este tipo de exploração, podiam ocupar as extensões desfavoráveis à vegetação arbórea. Em 1371, a Infanta Maria mandou cortar pinheiros no conselho de Almada (130-I). No início de Quinhentos, a margem esquerda do Tejo produzia quase exclusivamente lenha. Uma carta assinala que os poucos pinheiros de Arrentela eram «muyto esfarrapados» (1514-363-IV).

Na região do Porto, problemas de aprovisionamento deveriam surgir na mesma época, senão anteriormente. Gama Barros transcreve uma queixa apresentada nas Cortes de 1372 pelos abades da cidade contra os «poderosos», «moradores» e carpinteiros do Porto e de Gaia, que vêm cortar madeira nas propriedades do clero. «Dizem-se auctorizados por carta regia que lhes dà permissão para cortarem madeira a fim de construirem barcos e navios; e sob este pretexto, levam mais outra muita que às vezes vendem, ou com a qual fazem suas casas e outros edificios»... Nos arredores do Porto, na «Riba de Douro e outras comarcas», o abastecimento era dificultado pelo grande número de propriedades eclesiásticas e pela política do clero que só vendia «quando d'ahi não lhes resulte damno» (G. Barros, IX, p. 96).

Pode-se desde já adiantar que o recurso às importações de madeira, talvez ainda esporádico no século XIII, se tornou mais regular à medida que se organizavam as relações comerciais com os outros países da Europa, e particularmente com a Hansa e a Flandres (Oliveira Marques, 1959, p. 189 e seg.) Da origem destas importações de produtos florestais testemunham os termos de «pinheiro de Flandres», assim denominado por esta região desempenhar um importante papel de intermediário comercial entre a Hansa e Portugal, ou «pinheiro de Riga», para designar o pinheiro silvestre, espécie climática na floresta boreal da Europa Setentrional.¹⁵ A partir do fim do século XIV, os produtos florestais (madeira em toros e tabuado, breu e resina) são sempre, juntamente com os cereais, referenciados na carga dos barcos que chegam dos portos da Hansa ou dos seus intermediários (p. 103).

Além dos privilégios de que eles gozavam ou que lhes foram outorgados pelos reis para a exploração florestal, os «poderosos» vão desempenhar outro papel de relevo na dinâmica das matas do inte-

¹⁵ Até o início do século XX frequentes são estas duas designações na documentação historial ou nos primeiros estudos sobre economia florestal e silvicultura.

rior. No Alentejo, o desenvolvimento do pastoreio a partir dos meados do século XIV foi uma resposta de aproveitamento para rentabilizar extensas terras sem jornaleiros para as cultivarem. Os grandes proprietários coutam sem autorização e contrariam assim os direitos dos «moradores». A lei de D. Pedro de 1362 vem limitar estes abusos, institucionalizando as «coutadas de bois» (75-I). A História Florestal menciona numerosas coutadas permanentes concedidas pelo rei e que aumentam consideravelmente a partir do reino de D. Fernando, enquanto as provisórias são muitas vezes confirmadas nos reinados seguintes. Verifica-se que as proibições afectando a exploração de produtos florestais eram tão avultadas como as do pastoreio.¹⁶ A protecção do montado revelava-se certamente essencial para o incremento desta actividade. Mas também se pretendia preservar as árvores que poderiam fornecer um rendimento imediato, quando fosse oportuno, para cinza e carvão, ou para as «galés».

Ao longo dos séculos XIV e XV, os «moradores» queixam-se constantemente contra as coutadas privadas ou reais, que os privam da lenha, da madeira e dos pastos para os seus gados, além de facilitar a invasão dos campos pelas «bestas daninhas». Assim, nas Cortes de 1409, pediam «que se não fizessem mais coutadas, do que havia, e que nellas se podesse cortar madeiras, e lenhas» (Visc. Santarém, p. 9). Todos os concelhos tinham posturas que regulamentavam o sistema de exploração florestal. Em 1378, numa sessão da vereação, o concelho de Loulé fixou as regras de corte para madeira e para lenha. Ninguém podia cortar sem um alvará passado pelo concelho e devia especificar a utilização do material. Também era proibido deixar madeira cortada na serra ou talhar azinheira, sobreiro ou carvalho perto das quintas ou dos «montes pobrados». Os fogos e as queimadas não eram permitidos perto da área cultivada (Actas Ver. Loulé, p. 32-33). Noutra sessão, proíbe-se colher lenha de oliveiras, «de cepas ou de figeiras ou doutras arvores que dem fruto» (p. 27).

Os abusos dos «poderosos», mas também dos moradores, constituíam uma prática corrente. São os «montarazes» que cortam sobreiros no Campo de Ourique, os «azeméis» no concelho de Évora (1361, 68-I) ou ainda os oficiais da Câmara nos baldios de Santarém (1378-157-I). Até a própria família real participava neste comércio lucrativo e os monteiros fechavam os olhos perante esta exploração ilícita, quando nela não contribuíam directamente. De modo geral, o rei desaprova os abusos, chegava a castigá-los e confirmava os direi-

¹⁶ Nas 178 cartas de coutadas concedidas ou confirmadas nos reinados de D. Fernando, D. João I e D. Duarte, 103 proibiam o corte de madeira e 76 o da lenha, enquanto em 130 o pastoreio era vedado. Não era permitido caçar nem pescar, em, respectivamente, 71 e 39 herdades coutadas.

tos dos moradores, mas também não atende às queixas quando eram contrárias aos seus próprios interesses, especialmente nas matas dos reguengos ou nas coutadas reais (1368-112-I).

Toda a documentação publicada das Chancelarias forma um conjunto muito heterogéneo, dada a dificuldade que tinha o rei em não colidir com interesses sociais ou económicos de índole oposta. Convi- rá antes de mais confrontá-la com posturas locais e dados sobre o mercado interno dos produtos florestais, que permitam analisar os sistemas locais de aprovisionamento. Para evitar interpretações detur- padas, escolhemos desenvolver a política seguida nas coutadas reais, bem documentada na *História Florestal* e que ilustra a complexidade das situações. Por uma lado, a informação revela mentalidades e es- truturas medievais, e por outro, muitas cartas manifestam o declínio da floresta, como meio ambiente cinegético e como mero suporte de sistemas económicos fechados.

2. *As inatas do Rei*

A existência de áreas reservadas para a caça bem como o ofício de monteiro eram muito antigos. A caça sempre foi a distração fa- vorita do rei e da corte, como da nobreza e do alto clero. «Na caça, chegavam os nobres a passar semanas e meses» (Oliv. Marques, 1971, p. 186). Em 1282, são mencionados monteiros na serra do Soa- jo (9-I). Na mesma altura, D. Dinis ordena uma inquirição para de- marcar a coutada de Botão, a Norte de Coimbra (7 e 8-I). Contudo, a organização das montarias só foi elaborada dos meados do século XIV até 1435.¹⁷ Parece que não se encontrou uma série tão conti- nua de informação antes de 1350, o que realça um aumento do poder

¹⁷ Convém assinalar os dois significados deste termo. Trata-se em primeiro lugar de um tipo de caçada, que, com a altanaria, era reservada ao Rei e aos nobres. O «Livro da Montaria» c o «Livro de Ensinança de bem cavalgar em toda a sela», escritos res- pectivamente por D. João I e D. Duarte, dão todos os pormenores das regras destas caçadas, próprias para a «caça grossa» (urso, porco montês, veado, cervo, lobo e rapo- sa) em áreas reservadas para este efeito - as coutadas. Daí o segundo significado de montarias, circunscrições que dividiam o espaço destinado às respectivas caçadas. Cada montaria tinha um monteiro-mor nomeado pelo Rei e que fiscalizava este espaço. Também designava o pessoal para os cargos inferiores, dos monteiros de cada mata aos moços do monte. Quanto à origem da palavra montaria - «monte» - , C. M. Baeta Neves apresentou novos elementos de explicação, além de mencionar a bibliografia específica para o assunto (1965. p. 10-13; ver também «monteiro» e «caça», in Dic. Hist. Port., Vol. III, p. 101 e Vol. I. p. 418).

do rei a partir desta época, como o sugeriu Gama Barros (VI; p. 37 e seg.). Em 1385, D. Fernando nomeia o primeiro Monteiro-Mor do Reino (C. M. Baeta Neves, 1980). Mas várias cartas salientam que já estavam definidas as funções do ofício desse cargo.

As Ordenações Afonsinas transcrevem o Regimento dos monteiros de D. Duarte (1435) e a delimitação da «coutada velha», que tinha então atingido a sua maior extensão (fig. 1). Juridicamente, as matas reais justapunham-se com os coutos dos mosteiros e as propriedades da nobreza e das Ordens Militares. Na realidade, a «coutada velha» seria um espaço florestal descontínuo, onde se encontravam, quer matas dispersas ao lado de pântanos ou charnecas e do espaço agro-pastoril, quer maciços florestais mais extensos nas áreas menos povoadas ou mais afastadas dos mercados urbanos. Todavia, as referências documentais parecem mostrar que as matas ainda seriam preponderantes nas coutadas reais, no fim do século XIV.

Como na *História Florestal* são mencionadas as nomeações dos pequenos monteiros, é possível reconstruir aproximadamente o espaço florestal das montarias reais. (Ver Anexo). Mas esta tarefa morosa torna-se ainda mais difícil ao tentarmos localizar as matas, que não eram então, e na maior parte dos casos, medidas. Por enquanto, e como exemplo, limitamo-nos à pequena montaria de Óbidos, confrontando a lista das matas medievais com o Regimento do Monteiro-Mor de 1605 para facilitar a sua localização (fig. 2).

O mapa das matas reais, que dominam na faixa litoral ocidental, pode ser interpretado à luz de vários factores locais vigentes durante a formação de Portugal. Numa primeira fase, foi certamente a protecção à caça que levou os reis a coutarem matas em regiões pouco povoadas e perto dos locais onde habitualmente residiam, ou ao longo dos itinerários mais frequentados. Assim se reservariam as ser-

Principais montarias reais: Soajo, Cabril, Terra de Santa Maria, Aveiro, Coimbra, Montemor-o-Velho, Penela, Leiria, Vila Nova de Ourém, Alcobaça, Torras Novas, Abrantes, Óbidos, Santarém, Alenquer, Coruche, Benavente, Sintra, Palmeia, Setúbal, Montemor-o-Novo, Évora.

Nota: Também aparece uma denominação regional, a montaria do Ribatejo (charnecas e/ou matas). Na *História Florestal*, não encontramos nenhuma referência explícita sobre a montaria de Évora antes de 1521 (460-IV). No entanto, podemos deduzir que Évora era de facto a sede da montaria assim delimitada nas Ordenações: «15. Item. Antre Évora, e Monsarás, e o Redondo, e Portei estas matas, que se seguem...». Neste documento, são omissas as montarias das serras do Soajo e do Cabril, que figuram na lista das coutadas novamente delimitadas por D. Manuel I durante as Cortes de Lisboa em 1498 («coutadas», in Dic. Hist. Port., Vol. I, p. 734; V. de Santarém, p. 281).

—
o
—

— Limite da «coutada velha».

■ Sede de montaria.

| ; I
I I As matas de Óbidos, ver fig. 2.

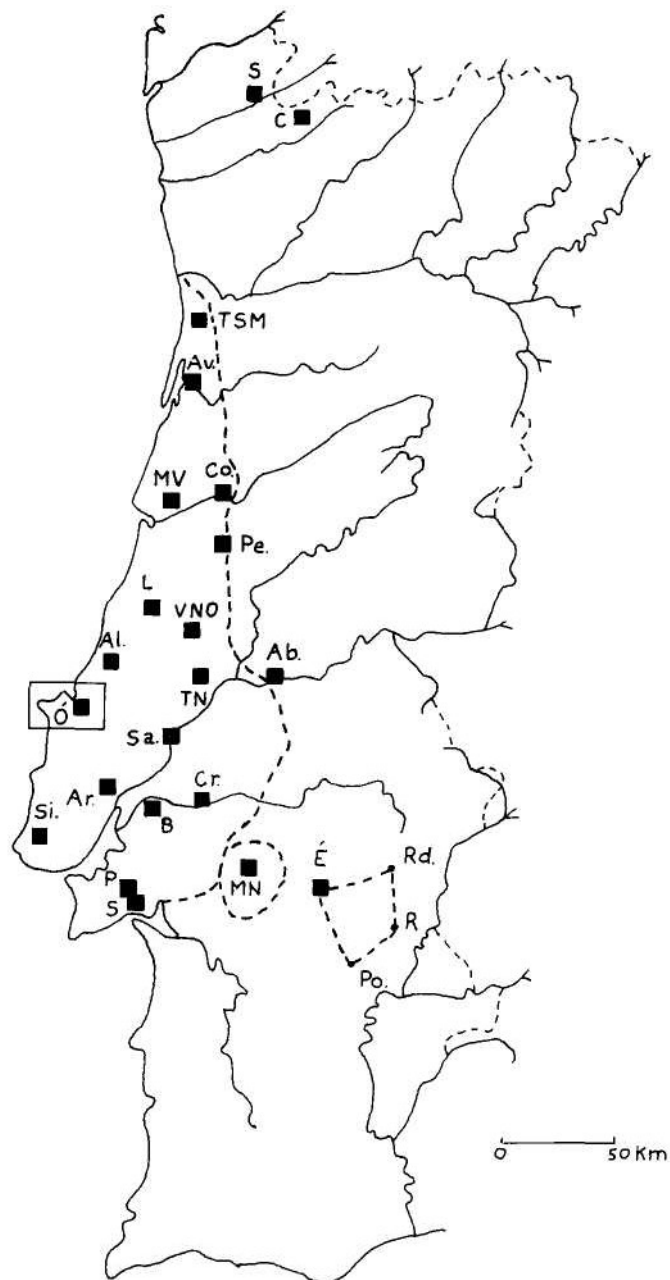


Fig. 1 - A «coutada velha» no século XV

Fontes: Ordenações Afonsinas (Livro I, Tít. 67; Costa Lobo, p. 80), História Florestal.

ras do Soajo e do Cabril e as matas entre Porto e Coimbra. Com o prosseguimento da Reconquista para o Sul e a residência mais frequente do Rei em Lisboa, este espaço alargou-se até à serra da Arrábida, ou ainda à volta de Santarém ou de Évora, locais de estadias preferidas da corte. Com o respeito da tradição, ficaram coutados todos os terrenos de caça. Todavia, a partir do início do século XIV, a «coutada velha» não representava só o espaço destinado às caçadas reais. Os documentos demonstram que a exploração crescente de madeira e de lenha suscitou uma legislação própria.

Acerca dos extensos privilégios de que gozavam os monteiros, remetemos o leitor para as páginas que Gama Barros escreveu sobre

<u>Amoreira</u>	Topónimo de mata indicado nos mapas de escala 1/25.000
Node	Matas localizadas por confrontação.
Limbral	
Paio ?	Idem, localização incerta.

<i>Idade Média</i>	<i>1605</i>
Albergaria (3-III)	Mata dalbergaria
Tracalai (459, 609,...-II)	» de tracalay
Mouta Longa (227, 383.....-II)	» longa
	» do arifez
Node (267-III) Delgada	» da nodea (ou divode)
(31, 52,...-II) Peio (244-I)	» de delgada
Avenal (475-II)	» do payo
	» do Avenal
Mata Rica (260-IV)	» dos correjos da poupeyra
Mata Velha (39, 53,...-II)	» Rica
Formigai (46-II)	» velha
Amoreira (239 _ -I;46 _ -II)	» do formigai
Amial, Aspera, Amoreira (549-11)	» da moreyra, daspera. Val Benfeyto
Vai bemfeito (47, 91,...-II) Mata de Peniche (288-1)	
	» do Limbral » do bardeyro

Matas referidas na História Florestal, mas não constando do Regimento de 1605: Olho Marinho, Arrada, Soveral (232-II); Vale de Pereira, V. de Água, V. de Sorveira (551--II; 54-III); Navalhais (51-II); Atalaia (450-IV); Serra de Montejunto: Lameiro (212--III) ?, Barabusquo ou Balarusquo (320-III) ?, Arnua (48. 171-II).

NOTA: As matas são classificadas segundo a ordem do Regimento de 1605. Não foi possível delimitar a área das matas; os vários marcos, lugares, caminhos, que serviram como pontos de referência em 1605, raramente foram encontrados nos mapas de escala 1/25.000.

▲ cume ou ponto geodésico com topónimo de mata. Sede de freguesia, idem.

● Lugar, idem. C. de ... Casais de . Q. de ... Quinta de Outros núcleos populacionais.

este assunto ou para as numerosas cartas de nomeação publicadas na História Florestal (G. Barros, IX, p. 160 e História Florestal, Vol. I). Os direitos dos «moradores» eram sempre salvaguardados; o rei pode até conceder grandes privilégios nas áreas pouco povoadas, após a grande peste, no intuito de fixar a população e evitar o êxodo para os centros urbanos do litoral. Como exemplo, citamos as cartas para Sta. Maria da Glória (1364-88-I) e Benavente (1367-110-I). Contudo, era proibido vender a madeira, reservada em princípio para o uso exclusivo da lavoura e das casas. Quando os monteiros contrariavam estes direitos ou indicavam locais para cortes demasiadamente afastados das casas, o rei atendia às queixas e pedia que «lhes nom fossem embargadas [madeira, paus, palha e junca] E que husassem delias como sempre husarem» (1361-67-I; 1372-132-I).

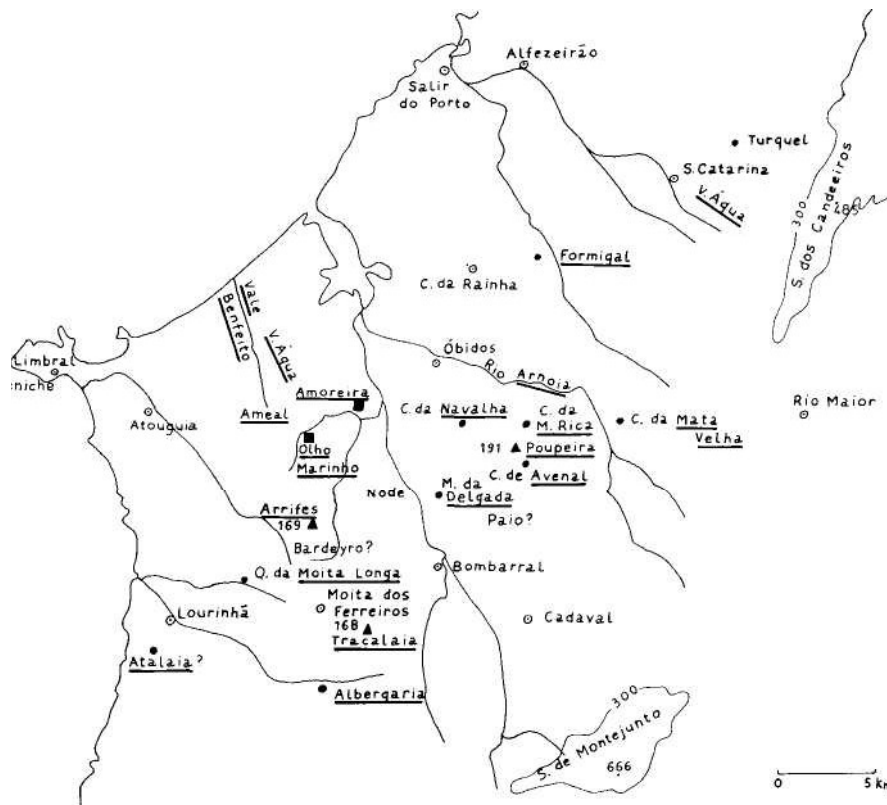


Fig. 2 - As matas da montaria de Óbidos no século XV

Fontes: História Florestal, Regimento de 1605, Repertório Toponímico, Folhas da Carta Militar de Portugal, escala 1/25.000, n.º 326, 327, 337, 338, 339, 349, 350, 351, 362.

Transcrevemos parte de uma das mais antigas cartas de monteiro, relativa às matas de Espargo, na Terra de Santa Maria (1377-152-I). Logo a seguir à confirmação dos privilégios, manda o rei... «que nom seia nenhuũ atam ousado que talhe madeira das dictas matas nem scasque, nem vende nem doe nenhuã madeira saluo aquelles que forem lavradores ou moradores das cabeças das dictas matas que posam calhar aquella que lhas compre pera suas lavras e fazer de suas casas e levar pera ello sem outra coima nenhuã daquelles logares que el e o nosso monteiro moor diser que for sem desfazimento das dictas matas...» Mencionam-se depois as proibições de caçar veado ou de introduzir porcos domésticos nas matas, salvo para os moradores na estação da lande «e mais nom» (...)

«Outrossy mandamos que qualquer pessoa que poser fogo... ou matar nellas porcos... que pague XX libras as dicto monteiro»...

Todas as cartas posteriores até 1498 são passadas com o mesmo modelo jurídico, só se juntando a certa altura «que nem seja nenhuũ tam ousado asy mestres como priores cavaleiros e abades freires.» (1434-373-I). As coimas eram muito elevadas, embora fossem de difícil aplicação e meramente formais.

Na leitura deste texto, ressalta logo que a protecção à caça já não é a única função do monteiro no fim do Século XIV. Os pequenos monteiros locais teriam afinal as funções de guardas florestais. A vigilância das matas, para obstar o excesso de uma exploração desordenada, revelar-se-ia tão importante como a defesa da caça.

Quando foram publicadas as Ordenações Afonsinas, a diminuição da caça grossa já era um facto consumado. Costa Lobo referiu que o urso estava em vias de extinção sob o reino de D. Duarte (p. 81). Em 1412, a rarefação desta espécie tinha suscitado uma carta régia proibindo a sua exterminação, além do porco montês e do cervo, na Estremadura e no Entre Tejo e Guadiana (302-I). Os nobres podiam caçá-los «de cavalo... salvo naquelles logares que per nos som coutados», seguindo-se os limites da «coutada velha». De facto, as matas ou as charnecas eram regularmente assoladas pelo fogo posto contra os animais selvagens. O rei autoriza muitas vezes que se matem porcos e veados, para evitar mais estragos nas culturas (271-I; 281-281-I; 352-I; ...).

Costa Lobo afirma que «era o ardor pelo fragueiro exercício da caça, que mantinha no reino a salvo do fogo um grande número de matas» (p. 86). No fim da carta que reproduzimos, depara-se a conjugação das proibições entre «pôr o fogo» e «matar porcos». Mas, em algumas áreas, o fogo aparece desligado da protecção à caça. É o caso do Campo de Ourique, de que já falamos. Duas cartas publicadas em 1405 e 1407, a segunda para a montaria de Santarém, atestam a mesma preocupação de salvaguardar a produção vegetal (1405-274-

-I; 1407-285-I). A asserção de Costa Lobo só corresponderia em parte à realidade do século XV, se bem que não deixe de ser válida, pelo gosto «imoderado» que ainda tinham Afonso V e a sua corte neste «fragueiro exercício».

Os «moradores» continuarão a fazer queimadas e a pôr o fogo nas matas durante os séculos seguintes. Era certamente uma técnica tão eficiente para aniquilar os animais ou caçar coelhos, como para limpar charnecas, comprometendo, pela sua repetição excessiva, a regeneração da vegetação arbórea.

Durante a primeira metade do século XV, manifesta-se portanto uma separação cada vez mais nítida entre as medidas para a caça e outras directamente relacionadas com os produtos florestais. A importância da montaria de Santarém é realçada pela carta de 1407, onde todas as matas e pauís coutados são referenciados e que, de certo modo, «planifica» os cortes de madeira, permitidos numas e proibidos noutros (285-I). Nas Ordenações, menciona-se um alvará que D. Duarte tinha concedido ao concelho de Santarém. Segundo a lei 7 das Ordenações, o concelho tinha obtido por este alvará o logradouro das matas da margem direita do Tejo para a lenha, excluindo a do Freixial. Os «moradores» podiam matar as «bestas» que destruíam terras de grão, vinhas e olivais. Nesta altura, a região de Santarém abastecia Lisboa em cereais e as suas matas coutadas eram demasiadamente extensas. Também já se explorariam as suas madeiras para abastecer os arsenais e a construção em Lisboa. Em 1338 (46-I), não se podia cortar madeira para «levar pera fora da terra», apesar da ocorrência de exportações desde o início do século (1309-28-I). Referimos que algumas áreas do Ribatejo forneciam a lenha para a capital. Em 1439, ainda havia aí pinhais, para que fosse concedido ao Infante D. Henrique o privilégio de «cortar e trazer» madeira «pera onde elle hordenar» (12-I).

Nas outras montarias, os privilégios concedidos para favorecer o desenvolvimento das actividades marítimas eram correntes. Só mencionamos o exemplo do porto piscatório de Buarcos, referido por Costa Lobo (p. 81), sobre o qual encontramos várias cartas de confirmação datadas de 1358 a 1502. Verifica-se que as matas referenciadas no documento afastam-se cada vez mais do porto piscatório, o que denuncia o progressivo recuo da floresta à volta de Buarcos, que pertencia à montaria de Montemor-o-Velho.

CONCLUSÃO - O DECLÍNIO DA FLORESTA MEDIEVAL

O Título das Ordenações Afonsinas, reservado para as normas já publicadas sobre o espaço das montarias, não revela senão o de-

clínio de uma tradição antiga. Ressalta a importância atribuída à protecção da fauna e às coimas para os que infringiam a lei. Mas em muitos termos de povoações, a caça ao javali estava autorizada para proteger as culturas. As referências sobre cortes de madeira e de lenha não contemplam todas as cartas de privilégios outorgados a partir dos meados do século XIV.

Como aconteceu no Entre-Douro-e-Minho durante os séculos XII-XIII, as matas reais, do Porto até Setúbal, fragmentaram-se pouco a pouco sob a pressão da exploração, afastando-se as áreas de abastecimento dos principais centros urbanos do litoral.

A primeira metade do século XV marca assim um período de transição, durante o qual as estruturas medievais da floresta se vão desmoronando. No entanto, revela-se estranha a ausência de medidas procurando planificar os cortes nas matas reais aquando da sua exploração mais intensiva, como aconteceu, por exemplo, em França e em alguns estados da Alemanha desde os meados do século XIV (M. Devèze, p. 28 e seg.). Que significado dar a esta ausência, como ao recurso às importações? Várias interpretações são possíveis, na expectativa de uma investigação mais apurada neste domínio.

Nas regiões mediterrânicas, as matas primitivas tinham sido exploradas durante séculos, evoluindo a floresta natural quer para breanhas assoladas pelas queimadas e fornecendo lenha e carvão, quer para montados nas áreas de pastoreio sob coberto arbóreo. Nestas formações secundárias, difícil teria sido uma regeneração voluntária da floresta para produção de toros. As condições ambientais - particularmente os solos - já não eram favoráveis para um desenvolvimento óptimo da árvore. Por outro lado, a reconstituição de matas mais produtivas contrariava outros interesses relativos à exploração silvícola (pastoreio, lenha, carvão). Mas, sobretudo, a fraca densidade populacional não facilitava a fiscalização de um ordenamento dos cortes. Verifica-se através da documentação uma exploração descontrolada à medida que aumenta a procura de toros e tabuado.

As reservas florestais nas regiões mais povoadas, como no caso do Noroeste, dificilmente suportariam o aumento do consumo verificado nos centros urbanos do litoral. Todavia, já foi referido que pouco se sabe sobre o papel da Igreja na dinâmica do espaço florestal e na comercialização dos seus produtos, ou ainda sobre a drenagem de produtos florestais das regiões periféricas menos acessíveis para os núcleos populacionais costeiros.

Resta-nos avaliar o significado das importações de madeira durante a Idade Média. Corresponderiam a interesses puramente comerciais e lucrativos para as duas partes, seja Portugal e as regiões ou entidades exportadoras, ou, como para os cereais, a um défice real da produção nacional no que diz essencialmente respeito a toros

e tabuado? Poder-se-ia realçar o intuito de conservar uma parte do ambiente florestal pelo recurso às importações, protegendo assim a sua função cinegética. Na nossa opinião, e no momento actual da investigação histórica sobre a floresta portuguesa, tudo aponta para a conjugação de duas causas - os interesses ligados ao comércio externo e o esgotamento progressivo das capacidades produtivas das matas a partir da Baixa Idade Média, nas regiões tradicionalmente abastecedoras.

No século XIV, o desequilíbrio entre oferta e procura das madeiras nacionais vai intensificar-se e a regeneração da floresta tornar-se-á cada vez mais difícil. Nos meados de Quatrocentos, quando Portugal inicia a sua política de Expansão, a crise agudiza-se, marcando assim o declínio definitivo da floresta medieva que vinha a esboçar-se desde os começos do século.

(Escrito e revisto entre Dezembro 1984 e Março 1985)

ANEXO

As matas do Rei (XIV-XV s.)

Apresentamos neste anexo as principais montarias com as respectivas matas que conseguimos localizar. Ainda é provisória esta lista, ficando umas quarenta matas sem localização.

Serra do Soajo

Serra do Cabril

Terra de Santa Maria

Adães, Arriba, Carregai, Demande, Ermida, Espadanheira, Espargo e Sá, Malsabula, Ribeira.

A veiro

Eixo, Foroços (ou in Mont. Velho), Molembra, Pé de Frade, Perraes (Perrais, Parraes), Ponte de Azurva, Soutelo, Tanoeira, Vila Boa.

Coimbra

Botão, Campo do Asno, Felgueira do Campo do Asno, Figueiras, Lagares, Linhares.

Montemor-o-Velho

(A)boboreira, Aceição, Amieira, Azenha, Botelho, Cabeço de Geisteira, Calçada, Cana ?, Carvalho, Ceiceira, Conha ?, Ejo (Eijo, Hejo), Feixe, Fernevera Alexie, Fervença, Freixiosa, Lecea, Mata do Forno, Moinhos (ou in Aveiro), Pao menguo (Pai Majam), Penedos (do Bispo), Porto Godinho?, Quiaios, Ribeira Cantanhede ?, Rio de Lobos, Salgueira, Santo Ildefonso, S. Bento, S. Lourenço, Tição ?, Torneira.

Penela-Espinhhal

Alborrol, Carvalhais, Pedra da Ferida, Pedro Moço, Pessegueiro, Porto de Madeiro, Riba Cabrela, Ribeira S. Gens, S. Gimiz e Miranda.

Leiria

Algazira, Alagoa das Toradas, Armar ?, Bespeiro, Carnide, Colmeal, Fontes, Godim, Lapedo, (Ma)rassa, Molhadoiro dos Carvalhais, Mouta do Brejio das Sovereiras, Mouta do Boi, Morzeleira, Paul de Ortigosa, Paul Pedra, Paul do Toro, Pendom, Pico, Pinhal do Rei, Pomares ?, Pontas, Porcas, Portas de Alagoa, Redemoinhos, Valverde.

Vila Nova de Ourém

Urqueira (Urgeira).

Porto de Mós Fornha

Alcobaça

Carvalhar de Turaquel (Turquel).

Couto de Alcobaça: matas de Cela, Chames, Chervais, Rio de Moinhos, Torre das Colmeias, Valbom.

Mata Longa, Mata e Paul de Maiorga, Paul Valado.

Torres Novas

Aire (Serra), Boquilobo, Bretonal ?, Corceira (Couceira), Cumieiras ?, Fundalva (Fungalvaz ?), Monflorado (Monferido).

Abrantes

Alfanzira, Cimalhas da Brancalha, Cuinhal, Maria Ouriz, Ribeira de Souto, Ribeira Viuvães, Rio de Moinhos, Tancos, Vale Amoreira.

Óbidos

Albergaria, Amial, Amoreira, Arnua, Arrada, Aspera, Atalaia, Avenal, Barabusquo, (Balarusquo?), Delgada, Formigai, Lameiro, Mata Rica, Mata Velha, Mata de Peniche, Mouta Longa, Navalhais, Node, Olho Marinho, Peio, Soveral, Tracalai, Vai bemfeito, Vale de Água, Vale de Pereira, Vale de Sorveira.

Santarém

Chamusca, Foz das Águas Vivas, Foz do Chouto, Freixial, Horte de Porraes, Lamarosa, Mata Quatro, Mouta do Carpinteiro, Moutas de Mem Palha ?, Paul de Ateia, Paul Sanhoane, Ponte do Calhariz, Porto de Remelado, Ribeira de Muge, Ribeira de Ulme, Vaiada, Vale de Lama (Alma), Vale de Figueira, Vale Soeiro Tição ?, Vila de Rei.

Alenquer

Furadoiro, Ota, Vidigueira.

Coruche

Afonso das Vacas, Amoreira, Becomei, Divor, termos de Mora, Urra (Erra), Vale de Águas Belas, Vale de Bogas ?, Vale de Manços.

Benavente

Chamouta de Xoreiba (até Pego do Corvo), Paul Asseiceira, Paul de Magos, Sapal, Vale de Lançada.

Sintra

Cortiças, Foz do Touro, Mata Grande ?, Mestre de Cristo, Moutas, Pera Longa, Pição ?, Rainha, Serra, Vale Fradegas.

Palmeia e Setúbal

Almilão, Apostiça, Arontela, Bares, Barrices (Barril, Barris), Eira da Marrara, Lezíria de Alcame, Macieira, Motrena, Redonda, S. Luis, Soveral ?.

Montemor-o-Novo e Lavre

Azambujeira, Cabeçadas das Pereiras, Castelo Velho, Cavaleiro, Chapelar, Corta-Rabos, Cortinhas (Quartinas?), Cuncos, Pereira, Portaleiro, Racasqueira, Regelho, Roselo.

Matas coutadas nos arredores ou termos dos concelhos de:

Lisboa

Vale de Lobos, Loures, Serra de Caneças.

Vila Franca de Xira
Albaceito, Alcanice, Alcoelha, lez. Malveira, lez. Nova.
Estremoz
Montalvo ?, Estebeira del Rei.
Ponte de Sor
Lagomel, matas do julgado de Bemposta.
Terena
Cabeça de Sina.
Mestrado de Avis
Alandroal
Cabril de S. Miguel, Coles, Melreu.
Avis
Águas Belas, Caniçal, Caniceira, Vale de Cabeças.
Veiros
Guoalada, mata do Ordem, Almuro.
Terras do Duque de Bragança
Vila Viçosa
Cabril do Coitado.

Fontes: História Florestal, Regimento de 1605, Repertório Toponímico, Carta Militar de Portugal, escala 1/25.000.

Referências bibliográficas:

- Actas das Vereações de Loulé* - Vol. I, Loulé, Edição da Câmara Municipal de Loulé, 1974. Almeida, C. Ferreira de - *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*, Tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978.
- Alves, A. A. Monteiro - *Técnicas de produção florestal*, Lisboa, INIC, 1982.
- Andrade, M. Montenegro - *Estudo polínico de algumas formações turfo-lignitosas portuguesas*, «Publ. do Mus. Lab. Miner. Geol. Faculd. Ciênc. Porto», Porto, 37, 1944, pp. 5-11. Andrade M. Montenegro - *Contribuição da análise polínica para o conhecimento do género Pinus no Pliocénico superior português*, «Bol. Soc. Geol. Port.», Porto, IV, III, 1945, pp. 215-220. Barros, H. de Gama — *História da Administração Pública nos séculos XII a XV*, 2.^a edição, Lisboa, 1945. Bellot-Rodrigues, F. - *El analisis polinico de las zonas higroturbosas de la Sierra de Gerês*, «Agron. Lusit.», Lisboa, XII, 3, 1952, pp. 481-491. Braun-Blanquet, J., Silva, A. R. Pinto e Rozeira, A. - *Résultats de deux excursions géobotaniques à travers le Portugal, II. Chênaies*, «Agron. Lusit.», V. 18, T. 23, 1956, pp. 167-235. Coudé-Gaussen, G. — *Les serras da Peneda et do Gerês*, Lisboa, INIC, 1981.

- Cruz, A. - *O Porto nas navegações e na expansão*, 2.ª edic., Lisboa, Inst. de Cult. e Ling., Portug., Minist. da Educ, 1983.
- Devèze, M. - *Histoire des forêts*, Q S J ? n." 1135, Paris, PUF, 1973.
- Devy-Vareta, N. - *Para o desenvolvimento da investigação florestal nas Faculdades de Letras*, no prelo «Humanidades», Porto, AEFLUP
- Dicionário de História de Portugal.*
- Diniz, F. - *Apports de la palynologie à la connaissance du Pliocène portugais. Rio Maior: un bassin de référence pour l'histoire de la flore, de la végétation et du climat de la façade atlantique de l'Europe Méridionale*, Thèse Doct. Etat, Univ. Sc. Techn. Languedoc, Montpellier, 1984. Elhai, h. - *Analyse pollinique de sédiments post-glaciaires de l'embouchure du Leça*, «Bol. Mus. Lab. Miner. Geol. Fac. Ciênc», Porto, 10, I, 1964, pp. 45-52.
- García J. - *O espaço medieval da Reconquista no SW da Península Ibérica*. Polycopiado, Porto. 1984.
- Gaspar, J. - *Os portos fluviais do Tejo*. «Finisterra», Lisboa, V, 10, 1970, pp. 153-204.
- Higounet, C. - *Les forêts de l'Europe Occidentale du V ao XI siècle*. «Settimane di Studio del Centro Italiano, Alto Médio Evo.» Spoleto, Vol. XIII, 1965, pp. 343-399.
- História Florestal, Aquícola e Cínegética* - Colectânea de documentos da Torre do Tombo - Chancelarias Reais - Vol. I a IV (1208 a 1521), Lisboa, Direcção-Geral das Florestas, 1980 a 1983. Janssen, C. R. e Woldringh, R. E. - *A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal*. «Finisterra», Lisboa, XVI, 32, 1981, pp. 299-309.
- Janssen, C. R. - *História da vegetação na Serra da Estrela* - Livro Guia da excursão da 1.ª Reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, 1985. Jorge, V. Oliveira - *O megalitismo do Norte de Portugal*. These de doutoramento. Polycopiado. Porto, 1982. Lobo, A. Costa - *História da sociedade em Portugal no século XV*. 2.ª edic., Lisboa, Rolim, 1984.
- Lopes, Fernão - *Crónica do Senhor Rei D. Fernando*. Porto, Bibl. Hist. Edit. Civilização, 1966
- Marques, A. de O. - *A Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1959. Marques A. de O. - *A sociedade medieval portuguesa*. 2.ª edic., Lisboa, Sá da Costa, 1969. Marques, J. M. da Silva - *Descobrimientos Portugueses*. Vol. I e Supl. ao Vol. I. 1147-1460; *O Algarve e os Descobrimientos*, Vol. I e II. Lisboa, 1944. Neves, C. M. Baeta - *Dos Monteiros-Mores aos silvicultores*. Separata do Vol. XXVIII dos «Anais do Instituto superior de Agronomia», Lisboa, 1965. Neves, C. M. Baeta - *Alguns dos principais aspectos da política florestal em Portugal até ao século XVII*. «Bol. do Inst. dos Prod. Flor. Resinosos», Lisboa, n.º 29, 1980, pp. 3-8.
- Oliveira, J. Pereira de - *O Douro e as navegações*. Separata de «Studium Generale», Porto, Centro de Est. Human., 1960.
- Ordenações Afonsinas* (Livro I - Título 67).
- Ramalho, A. Gomes — *Legislação agrícola — 1139-1495*. «Bol. da Dir. Geral da Agricult.», 8.º e 9.º Ano, Lisboa, 1906/1910.
- Regimento do Monteiro-Mor do Reino de 1605*, in *Dos Monteiros-Mores...* de C. M. Baeta Neves, ou in *Colleção Chron. de Legisl. Portu.* de J. J. Andrade e Silva.
- Repertório Toponímico* - Serviço Cartográfico do Exército, Lisboa, Minist. do Exérc, 1967.

- Ribeiro, O. - *Portugal in Geografia de Espana y Portugal*, de M. de Terán, T. V, Barcelona, 1955.
- Ribeiro, O. - *Portugal, o Mediterrânico e o Atlântico*, 3.^a edição., Lisboa, Sá da Costa, 1967.
- Ribeiro, O. - «Formação de Portugal» e «Povoamento», in *Dic. Hist. Port.*
- Romariz, C. - *Contribuição da análise polínica no estudo da vegetação primitiva da Serra da Estrela*. C. R. Congr. Inter. Geo. Lisbonne de 1949, T. II, 1950, pp. 481-491.
- Sampaio, A. - *Estudos históricos e económicos*. 2.^a edição., Lisboa, Vega, 1979.
- Santarém, Visconde de - *Memória para a Historia e Theoria das Cortes Geraes*, 2.^a edição., Lisboa, 1924.
- Silva, L. A. Rebelo da - *História de Portugal XVII-XVIII s.* T. IV, Livro VI, Lisboa, 1870.
- Silva, L. A. Rebelo da - *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal, 1100--1640*. Lisboa, 1868.
- Teixeira, C. - *Subsídios para a história evolutiva do pinheiro dentro da flora portuguesa*. «Bol. Soc. Broter.», 19, 1944, pp. 209-221.
- Trindade, M. J. Lagos e J. Gaspar - *A utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média e a teoria de Von Thünen*. «Bol. Cult. da Junta Distr. de Lisboa» II^a Série, n.º LXXIX-LXXX, 1973/1974.

RÉSUMÉ

*Pour une géographie historique de la forêt portugaise -
Les forêts médiévales et le domaine royal.*

Il faut à tout prix essayer de reconstruire l'espace forestier du passé, en analysant les processus de l'évolution qui ont conduit à un déboisement si décrié dès la fin du XVIII^e siècle. Après la Reconquête, le Moyen-Age est une période où l'exploitation de la forêt augmente énormément. À partir du début du XIV^e siècle, il est évident que la royauté est préoccupée, par l'approvisionnement en produits forestiers. C'est le début du déclin de la forêt médiévale.

ABSTRACT

Historical Geography of Portuguese forest - Medieval and royal forest.

The study of the evolution of the area devoted to forests in Portugal throughout the centuries needs urgent attention, together with an analysis of the process of deforestation which has been so much condemned since the XVIIIth. century. The exploitation of the forest was considerably increased in the Middle Ages, especially after Reconquest. From the XIVth. century on, royal concern about wood supplies is evident. This period is the beginning of the decline of the medieval forest.